

## Resolução TC $N^{o}$ 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 1

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DOPERIO	D O		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2022	2.457,56	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	457,56
Sub-total	2.457,56	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	457,56
TOTAL	2.457,56	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	457,56



## Resolução TC $N^{o}$ 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 1

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	D O		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	ı	BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	37.255,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.255,60
EXERCÍCIO 2016	21.183,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.183,62
EXERCÍCIO 2017	96.558,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.558,50
EXERCÍCIO 2018	137.876,13	0,00	45.354,96	0,00	0,00	0,00	92.521,17
EXERCÍCIO 2019	177.524,47	0,00	1.982,86	0,00	0,00	0,00	175.541,61
EXERCÍCIO 2020	752.957,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	752.957,56
EXERCÍCIO 2022	418.253,56	0,00	410.693,86	0,00	0,00	0,00	7.559,70
EXERCÍCIO 2023	0,00	1.524.683,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.524.683,26
Sub-total	1.641.609,44	1.524.683,26	458.031,68	0,00	0,00	0,00	2.708.261,02
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2016	1.354.620,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.354.620,82
EXERCÍCIO 2020	1.294.005,45	0,00	156.485,27	0,00	0,00	0,00	1.137.520,18
Sub-total	2.648.626,27	0,00	156.485,27	0,00	0,00	0,00	2.492.141,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	588.166,14	1.742.838,12	1.327.042,75	0,00	0,00	0,00	1.003.961,51
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	420.816,42	1.204.223,83	1.532.460,97	0,00	0,00	0,00	92.579,28
ISS	15.901,26	97.162,59	38.558,83	0,00	0,00	0,00	74.505,02
PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.763,68	6.628,58	11.567,06	0,00	0,00	0,00	-174,80
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	23.111,10	4.058,00	5.339,90	0,00	0,00	0,00	21.829,20
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.996,73	5.384,77	5.384,77	0,00	0,00	0,00	1.996,73
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	155.475,11	2.071.899,90	2.045.658,89	0,00	0,00	0,00	181.716,12
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	109,90	0,00	0,00	0,00	0,00	109,90
Sub-total	1.210.230,44	5.132.305,69	4.966.013,17	0,00	0,00	0,00	1.376.522,96





## Resolução TC $N^{o}$ 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 2

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	DO		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
TOTAL	5.500.466,15	6.656.988,95	5.580.530,12	0,00	0,00	0,00	6.576.924,98





Acesse em: https://etce.tce.pe.gov. Documento Assinado Digitalmente

por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, RAFAELA CISINA DOS SANTOS





# (FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU)

# IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Educação de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivos tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Educação pública.

Criado oficialmente como Fundo por força da Lei Municipal nº 252/2013, O Fundo Municipal de

Educação surgiu inscrito sobre o CNPJ 19.614.772/0001-47, estando atualmente localizado na A Floriano Gonçalves de Lima, 104, Centro, Xexéu, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Educação.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <a href="https://www.xexeu.pe.gov.br">www.xexeu.pe.gov.br</a>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação de Xexéu integra & Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Educação, integrante do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008 que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no se procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partig dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 350/2022 de 22/11/2022, que dispões sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 344/2022 de 30/08/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 349/2022 de 22/11/2022 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os











critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexéu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública SCPI no órgão. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas elegislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estã governos expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação de Xexéu, referente ao exercício financeiro de patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido do Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido do Explicativas.

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito de município, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da divida flutuante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:
Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC (100 para atender as equações previstas nos itençãos (11 da STN. Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender as equações previstas nos itençãos os decendos no próprio exercício não compõem este demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados em pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo no mes arão computados governo restos a pagar. A pretenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação em como restos a pagar. A pretenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação em como restos a pagar. A pretenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação em como restos a pagar a procapara da consideradas como efetivadas no momento da liquidação pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar. As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, en contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

### NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

### JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Dívida Flutuante.

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM DE CADA DEMONSTRAÇÃO:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna















Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidado do restas a restau a restas a res consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação dê consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE) c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos & Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e de Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar de Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (Sald )$ Anterior RP (DDF)) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercícios Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: (ΣPassivo [F] (BP) + ΣIRPNP - Σ(RNPL + RPNC) (BO)  $\Sigma$ Saldo IRPNP (BF)) =  $\Sigma$ (SES (DDF)). d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atua $\mathbb{F}$ constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF), e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos. a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balançe Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Anégo Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito en exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

### **RESTOS A PAGAR:**

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 4.290.235,71. Houve inscrição no total de R\$ 1.524.683,26, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 614.516,95 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 5.200.402,02.

### **DEPÓSITOS:**

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 1.210.230,44. Houve inscrição no total de R\$ 5.132.305,69, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 4.966.013,17 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 1.376.522,96.

### ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve acréscimo da dívida flutuante entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 1.076.458,83, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 5.500.466,15, as inscrições totais foram de R\$ 6.656.988,95, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 5.580.530,12 e cancelamentos no valor de R\$ 0.00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou











dado, houve inscrição no val e R\$ 6.576.924,98.	or de 0,00 e ba	uxa no v	aior de	U <b>.</b> UU. (	) saido	nara o e	exercicio segli
e R\$ 6.576.924,98.				- )		Para o	exercicio segu
LESTADO DE PERNAMBUCO	Recolução	TC N° 217, de 0	6 de dezembro	de 2023			ANEXO TC-217
TRIBUNAL DE CONTAS	Resolução	ANEX		de 2023			Página
TRIBUNAL DE CONTAS							
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU							
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE							
			MOVIMENTO	DOPERIO	00		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	37.255,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.255,60
EXERCÍCIO 2016	21.183,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.183,62
EXERCÍCIO 2017	96.558,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.558,50
EXERCÍCIO 2018	137.876,13	0,00	45.354,96	0,00	0,00	0,00	92.521,17
EXERCÍCIO 2019	177.524,47	0,00	1.982,86	0,00	0,00	0,00	175.541,61
EXERCÍCIO 2020 EXERCÍCIO 2022	752.957,56	0,00	0,00 410.693,86	0,00	0,00	0,00	752.957,58
EXERCÍCIO 2022 EXERCÍCIO 2023	418.253,56	0,00		0,00	0,00	0,00	7.559,70
	0,00	1.524.683,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.524.683,26
Sub-total "	1.641.609,44	1.524.683,26	458.031,68	0,00	0,00	0,00	2.708.261,02
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS				ll			
EXERCÍCIO 2016 EXERCÍCIO 2020	1.354.620,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.354.620,82
Sub-total	1.294.005,45	0,00	158.485,27	0,00	0,00	0,00	1.137.520,18
	2.648.626,27	0,00	156.485,27	0,00	0,00	0,00	2.492.141,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	500 (22 11	4 740 000 10	4 007 040 77			0.55	4 000 004 51
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	588.166,14 420.816.42	1.742.838,12	1.327.042,75 1.532.460.97	0,00	0,00	0,00	1.003.961,51 92.579.28
ISS	420.810,42 15.901.28	97.162.59	38.558.83	0,00	0.00	0,00	74.505.02
PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.763,68	6.628,58	11.567,06	0,00	0,00	0,00	-174,80
	23.111.10	4.058,00	5.339,90	0.00	0.00	0,00	21.829,20
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA		5.384,77	5.384.77	0.00	0.00	0,00	1.998.73
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA RETENCÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1,996.73			_,00			
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.996,73 155.475.11		2.045.658.89	0.00	0.00	0.00	181,716.12
	1.996,73 155.475,11 0.00	2.071.899,90	2.045.658,89	0,00	0,00	0,00	181.716,12 109,90

# EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida con contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

# D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

### NÃO **PASSIVOS CONTINGENTES** $\mathbf{E}$ **COMPROMISSOS** CONTRATUAIS **RECONHECIDOS:**

Não se aplica a este demonstrativo.

## **DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:**

Não se aplica neste demonstrativo.

### RECONHECIMENTO DE **INCONFORMIDADES OUE PODEM AFETAR** COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS **OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

# AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023,



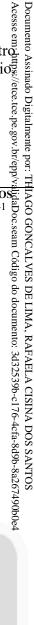




buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outre esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatórios ficará à disposição.

| MERO MOREIRA LOPES | AGAMENON GONÇALVES DE LIMA FILHIO | RAFAELA CISINA DOS SANTO | Secretário | Responsável pelo Controle Interno | RAFAELA CISINA DOS SANTO | Secretário | RAFAELA CISINA DOS S

DIEGO ROMERO MOREIRA LOPES













## Resolução TC N° 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	DO		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	IAO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2016	100,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,55
EXERCÍCIO 2017	8.985,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.985,08
EXERCÍCIO 2018	11.652,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.652,42
EXERCÍCIO 2019	13.776,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.776,74
EXERCÍCIO 2020	45.559,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.559,77
EXERCÍCIO 2021	685,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685,10
EXERCÍCIO 2022	97.218,82	0,00	78.916,88	0,00	0,00	0,00	18.301,94
EXERCÍCIO 2023	0,00	227.104,22	0,00	0,00	0,00	0,00	227.104,22
Sub-total	177.978,48	227.104,22	78.916,88	0,00	0,00	0,00	326.165,82
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	15.307,86	42.849,29	35.891,24	0,00	0,00	0,00	22.265,91
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	9.020,34	9.479,71	11.562,04	0,00	0,00	0,00	6.938,01
ISS	48,51	1.861,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.909,73
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	151,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,70
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	53,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,70
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.411,24	35.403,95	39.806,93	0,00	0,00	0,00	32.008,26
Sub-total	60.993,35	89.594,17	87.260,21	0,00	0,00	0,00	63.327,31
TOTAL	238.971,83	316.698,39	166.177,09	0,00	0,00	0,00	389.493,13





Acesse em: https://etce.tce.pe.gov Documento Assinado Digitalmente



# (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XEXÉU)

# IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público internos representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo representando autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Assistência Social pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal Nº 062/1997, O Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrito sobre o CNPJ: 11.993.316/0001-48, estando atualmente localizado pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Assistência Social.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Xexéux integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade

Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008 que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao \$\xi\$ procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 350/2022 de 22/11/2022, que dispões sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 344/2022 de 30/08/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 349/2022 de 22/11/2022 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público









(NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado SCPI. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas confidencem vigor. em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas con valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Xexéu, referente ao exercício financeiro de 2023 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido & Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do servicio de complementado por Notas Explicativas.

município, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida flutuante, tendo en consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC

nº 11 da STN. Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender as equações previstas nos iten € 65, 66, 67, 68 e 69 do ICC-PE do TCEPE. Os valores dos restos a pagar informados nestex demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar. As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

### NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

### JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Dívida Flutuante.

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM DE CADA DEMONSTRAÇÃO:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-















PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagag não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, colun Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE) c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar dos Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\Sigma IRPNP + \Sigma IRPP) (BO)) = \Sigma (Sald \tilde{g})$ Anterior RP (DDF)) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercícios Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro de Balanço Patrimonial (BP) – Equação: ( $\Sigma$ Passivo [F] (BP) +  $\Sigma$ IRPNP -  $\Sigma$ (RNPL + RPNC) (BO)  $\stackrel{\leftarrow}{=}$  $\Sigma$ Saldo IRPNP (BF)) =  $\Sigma$ (SES (DDF)). d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atua $\Sigma$ constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BPF) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanç@ Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativoda Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

### **RESTOS A PAGAR:**

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 177.978,48. Houve inscrição no total de R\$ 227.104,22, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 78.916,88 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 326.165,82.

### **DEPÓSITOS:**

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 60.993,35. Houve inscrição no total de R\$ 89.594,17, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 87.260,21 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 63.327,31.











Ocumento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, RAFAELA CISINA DOS SANTOS

ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve acréscimo da dívida flutuante entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 150.521,30 grante per entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de 2022 e 2023 na ordem de 2022 e 2023 na ordem de 2022 e 2023 e uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 238.971,83, as inscrições totais foram de R\$ 316.698,39, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 166.177,09 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguint foi de R\$ 389.493,13.

ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS	Resolução TC N° 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV	ANEXO TC-217 Página 1
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		

ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS	Resolução	TC N° 217, de 06 ANEXO		de 2023			ANEXO TC-217 Página
popular.							
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	i						
			MOVIMENTO	DOPERIO	0.0		
ITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
ESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
XERCÍCIO 2016	100,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,55
XERCÍCIO 2017	8.985,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.985,08
XERCÍCIO 2018	11.652,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.652,42
XERCÍCIO 2019	13.776,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.776,74
XERCÍCIO 2020	45.559,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.559,77
XERCÍCIO 2021	685,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685,10
EXERCÍCIO 2022 EXERCÍCIO 2023	97.218,82	0,00	78.916,88	0,00	0,00	0,00	18.301,94
AEROIGIO 2023 ib-total	0,00 177,978,48	227.104,22 227.104,22	0,00 78.916.88	0,00	0,00	0,00	227.104,22 326.165.82
	1/7.978,48	227.104,22	78.910,88	0,00	0,00	0,00	320.100,82
EPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	45.007.00	40.040.00					
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS MPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	15.307,88	42.849,29	35.891,24	0,00	0,00	0,00	22.265,91
MPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRE	9.020,34	9.479,71	11.562,04	0,00	0,00	0,00	6.938,01
SS PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	48,51 151.70	1.861,22	0,00	0,00	0,00 0,00	0,00	1.909,73 151,70
SSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	53,70	0.00	0.00	0,00	0.00	0,00	53,70
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38.411,24	35.403,95	39.806,93	0,00	0.00	0.00	32.008,26
lb-total	60.993.35	89.594.17	87.260.21	0,00	0,00	0,00	63.327.31
	238.971.83	316.698.39	166.177,09	0.00	0,00	0,00	389.493.13

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

### D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

NÃO **PASSIVOS** CONTINGENTES  $\mathbf{E}$ **COMPROMISSOS** CONTRATUAIS **RECONHECIDOS:** 

Não se aplica a este demonstrativo.

**DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:** 

Não se aplica neste demonstrativo.

RECONHECIMENTO **INCONFORMIDADES** OUE **PODEM** DE **AFETAR** COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS **OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:** 

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

### AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.





01-10-1991







## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas na demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023 buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outros buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outredesclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório ficará à disposição.

IA GORETE LUDOVICO DE LIMA

Secretária

AGAMENON GONÇALVES DE LIMA FILHO

RAFAELA CISINA DOS SANTOS

Contadora CRC PE nº 032783/O-176-4-6/19-000-04-176-4-6/19-000

MARIA GORETE LUDOVICO DE LIMA











## Resolução TC N° 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	D O		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	45.063,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.063,89
EXERCÍCIO 2014	9.346,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.346,87
EXERCÍCIO 2016	10.161,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.161,66
EXERCÍCIO 2017	28.167,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.167,75
EXERCÍCIO 2018	66.060,25	0,00	9.548,81	0,00	0,00	0,00	56.511,44
EXERCÍCIO 2019	77.041,62	0,00	16.853,33	0,00	0,00	0,00	60.188,29
EXERCÍCIO 2020	344.233,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344.233,89
EXERCÍCIO 2021	41.314,19	0,00	3.162,53	0,00	0,00	0,00	38.151,66
EXERCÍCIO 2022	781.054,45	0,00	680.108,66	4.000,00	0,00	0,00	96.945,79
EXERCÍCIO 2023	0,00	425.549,52	0,00	0,00	0,00	0,00	425.549,52
Sub-total Sub-total	1.402.444,57	425.549,52	709.673,33	4.000,00	0,00	0,00	1.114.320,76
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.500,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,72
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	124.676,89	283.739,34	213.544,04	0,00	0,00	0,00	194.872,19
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	6.909,81	68.801,74	75.945,17	0,00	0,00	0,00	-233,62
ISS	123.000,20	233.008,49	338.018,92	0,00	0,00	0,00	17.989,77
PENSÃO ALIMENTÍCIA	731,68	3.968,25	3.663,00	0,00	0,00	0,00	1.036,93
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	878,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	878,30
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.855,33	17.215,80	9.245,68	0,00	0,00	0,00	11.825,45
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.599,60	272.104,16	251.562,21	0,00	0,00	0,00	30.141,55
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.293,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.293,42
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	748,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	748,08
Sub-total	274.194,03	878.837,78	891.979,02	0,00	0,00	0,00	261.052,79





### Resolução TC Nº 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	DO		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
TOTAL	1.676.638,60	1.304.387,30	1.601.652,35	4.000,00	0,00	0,00	1.375.373,55





Acesse em: https://etce.tce.pe.gov. Documento Assinado Digitalmente

por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, RAFAELA CISINA DOS SANTOS



# (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XEXÉU)

# IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Xexéu é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivos

tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força da Lei Municipal nº 010/1993, O Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrito sobre o CNPJ 11.289.929/0001-07, estando atualmente localizado na Rua Manoel Alves Cardoso, 33, bairro Sete de Setembro, Xexéu, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Saúde.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexeu.pe.gov.br

## APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo Municipal de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008 que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no setor públicos (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no setor públicos (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no setor públicos (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no setor públicos (pelos entes públicos) quanto ao serem observadas no setor públicos (pelos entes públicos entes públicos entes públicos (pelos entes públicos entes públicos entes públicos (pelos entes públicos entes públicos entes públicos entes públicos (pelos entes públicos entes públicos entes públicos entes públicos entes públicos (pelos entes públicos (pelos entes públicos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partig dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 350/2022 de 22/11/2022, que dispões sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 344/2022 de 30/08/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 349/2022 de 22/11/2022 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os











critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexéu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública SCPI no órgão. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas elegislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estã governos está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela está composto pelas seguintes demonstração das Variações Patrimonials, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração da está compostação especificamente da demonstração da divida flutuante, tendo em município, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da divida flutuante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPQE demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computado pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computado com contas do como restos a pagar. As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, en contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

# NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

# JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Dívida Flutuante.

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM DE CADA DEMONSTRAÇÃO:

# ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de















consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE) c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos & Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar de Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (Salde)$ Anterior RP (DDF)) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro de Balanço Patrimonial (BP) – Equação: ( $\Sigma$ Passivo [F] (BP) +  $\Sigma$ IRPNP -  $\Sigma$ (RNPL + RPNC) (BO) +  $\Sigma$ Saldo IRPNP (BF)) =  $\Sigma$ (SES (DDF)). d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atua constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o salde. inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrative da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Anos Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

### **RESTOS A PAGAR:**

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 1.402.444,57. Houve inscrição no total de R\$ 425.549,52, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 709.673,33 e cancelamento no valor de R\$ 4.000,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 1.114.320,76.

### **DEPÓSITOS:**

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 274.194,03. Houve inscrição no total de R\$ 878.837,78, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 891.979,02 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 261.052,79.

### ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve decréscimo da dívida flutuante entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 301.265,05, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 1.676.638,60, as inscrições totais foram de R\$ 1.304.387,30, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 1.601.652,35 e cancelamentos no valor de R\$ 4.000,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 1.375.373,55.













Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 3d32539) Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, RAFAELA CI

ANEXO TC-217

ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC Nº 217, de 06 de dezembro de 2023

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DOPERIO	DO		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	E	BAIXA	TRANSF .RP N	AO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	45.063,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.063,89
EXERCÍCIO 2014	9.346,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.346,87
EXERCÍCIO 2016	10.161,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.161,66
EXERCÍCIO 2017	28.167,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.167,75
EXERCÍCIO 2018	66.060,25	0,00	9.548,81	0,00	0,00	0,00	56.511,44
EXERCÍCIO 2019	77.041,62	0,00	16.853,33	0,00	0,00	0,00	60.188,29
EXERCÍCIO 2020	344.233,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344.233,89
EXERCÍCIO 2021	41.314,19	0,00	3.162,53	0,00	0,00	0,00	38.151,66
EXERCÍCIO 2022	781.054,45	0,00	680.108,66	4.000,00	0,00	0,00	96.945,79
EXERCÍCIO 2023	0,00	425.549,52	0,00	0,00	0,00	0,00	425.549,52
Sub-total	1.402.444,57	425.549,52	709.673,33	4.000,00	0,00	0,00	1.114.320,78
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.500,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,72
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	124.676,89	283.739,34	213.544,04	0,00	0,00	0,00	194.872,19
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	6.909,81	68.801,74	75.945,17	0,00	0,00	0,00	-233,62
ISS	123.000,20	233.008,49	338.018,92	0,00	0,00	0,00	17.989,77
PENSÃO ALIMENTÍCIA	731,68	3.968,25	3.663,00	0,00	0,00	0,00	1.038,93
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	878,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	878,30
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.855,33	17.215,80	9.245,68	0,00	0,00	0,00	11.825,45
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.599,60	272.104,16	251.562,21	0,00	0,00	0,00	30.141,55
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.293,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.293,42
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	748,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	748,08
Sub-total Sub-total	274.194,03	878.837,78	891.979,02	0,00	0,00	0,00	261.052,79

# EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida con contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

### **PASSIVOS** CONTINGENTES $\mathbf{E}$ **COMPROMISSOS** CONTRATUAIS NÃO **RECONHECIDOS:**

Não se aplica a este demonstrativo.

# **DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:**

Não se aplica neste demonstrativo.

### RECONHECIMENTO DE **INCONFORMIDADES OUE** PODEM AFETAR COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

### AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório,











ficará à disposição.

JADECIR GONÇALVES DA SILVA Secretário

AGAMENON GONÇALVES DE LIMA FILHO Responsável pelo Controle Interno

RAFAELA CISINA DOS SANTOS Contadora CRC PE nº 032783/O-1

Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epplvalidaDoc.seam Código do documento: 3d32539b-c176-4cfa-8d9b-8a267490b0e4 Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, RAFAELA CISINA DOS SANTOS











### Resolução TC Nº 217, de 06 de dezembro de 2023 ANEXO XV

ANEXO TC-217 Página 1

S.A.A.E. - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

			MOVIMENTO	DO PERIO	D O		
TITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	I	BAIXA	TRANSF .RP N	IAO PROC. LIQ	SALDO P/ O PERIODO
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	185.964,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.964,18
EXERCÍCIO 2014	230.654,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.654,04
EXERCÍCIO 2015	438.156,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.156,60
EXERCÍCIO 2016	411.278,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.278,83
EXERCÍCIO 2017	451.479,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451.479,17
EXERCÍCIO 2018	492.637,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.637,26
EXERCÍCIO 2019	397.569,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.569,10
EXERCÍCIO 2020	333.208,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333.208,11
EXERCÍCIO 2021	164.530,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.530,70
EXERCÍCIO 2022	175.488,56	0,00	49.788,83	0,00	0,00	0,00	125.699,73
EXERCÍCIO 2023	0,00	409.454,53	0,00	0,00	0,00	0,00	409.454,53
Sub-total	3.280.966,55	409.454,53	49.788,83	0,00	0,00	0,00	3.640.632,25
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	53.293,42	25.297,70	25.105,49	0,00	0,00	0,00	53.485,63
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	4.147,98	2.226,33	2.457,09	0,00	0,00	0,00	3.917,22
ISS	12.653,74	76,52	99,06	0,00	0,00	0,00	12.631,20
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.771,01	24.354,09	27.125,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	72.866,15	51.954,64	54.786,74	0,00	0,00	0,00	70.034,05
TOTAL	3.353.832,70	461.409,17	104.575,57	0,00	0,00	0,00	3.710.666,30







**AUTARQUIA MUNICIPAL** LEI Nº 050/1996



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Xexéu é uma autarquia municipal, criada por Legional de Saate inscrito sobre o CNPJ 01.602.082/0001-07. Compete ao SAAE, diretamente e confection de inscrito sobre o CNPJ 01.602.082/0001-07. Compete ao SAAE, diretamente e confection de inscrito em todo município de Xexéu - PE.

Assim, toda obra que implique interferência nos sistemas de água e esgoto (manutenção de ramais por exemplo) somente poderá ser feita pelo SAAE, através de seus funcionários especialmente treinados para tanto ou com autorização do SAAE.

Sua administração atualmente é exercida por uma Diretoria nomeada pôr ato do Prefeito Municipal A receita do SAAE provém dos valores arrecadados com consumo de água; utilização da rede de esgoto; tarifa ligações e religações de água e esgoto; disponibilidade das redes; contribuição de melhoria e outros decorrentes dos serviços prestados à população.

Assim, todas as receitas e despesas (com funcionários, compras, prestação de serviços, obras, etc. são verificadas pessoalmente, em visita de auditores do Tribunal de Contas, com periodicidade da aproximadamente um ano, havendo também o controle à distância, exercido por meio do Poderão de Público Municipal, através dos relatórios que são enviados mensalmente.

aproximadamente um ano, havendo também o controle à distância, exercido por meio do Podero Público Municipal, através dos relatórios que são enviados mensalmente.

O objetivo do SAAE é manter um constante aperfeiçoamento técnico, para a completa satisfação da completa satisf

população de Xexéu - PE. Suas maiores preocupações, dentre tantas outras, são com relação:

- à aplicação dos melhores e mais modernos métodos visando manter a qualidade da água;
- à realização de obras para manutenção e ampliação do sistema de saneamento básico do município;
- ao atendimento de qualidade ao contribuinte, em espaços confortáveis e bem planejados;
- à implantação de programas e sistemas de informática, visando a otimização dos procedimentos internos;
- a racionalização no uso dos recursos financeiros, procurando sempre respeitar o dinheiro público.

# APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do SAAE de Xexéu integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Xexéu e refere-se às ações governamentais executadas pelo SAAE, integrante do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos





**AUTARQUIA MUNICIPAL** LEI Nº 050/1996

CNPJ: 01.602.082/0001-07



procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC, instruções e Plano de Contabilidade aplicadas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às por Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do SAAE, foram elaboradas em consonância como de SAAE, soram elaboradas em consonância como de SAAE, controle dos orcamentos e balanços da União, dos estados dos municípios e do Distrito Federal: de SAAE, controle dos orcamentos e balanços da União, dos estados dos municípios e do Distrito Federal: de SAAE, controle dos orcamentos e balanços da União, dos estados dos municípios e do Distrito Federal: de SAAE, controle dos orcamentos e balanços da União dos estados dos municípios e do Distrito Federal: dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade

controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 350/2022 de 22/11/2022, que dispões sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 344/2022 de 30/08/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 349/2022 de 22/11/2022 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Xexéu para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria de Tagaura Nacional, ham como dos Narmas Pracilaires de Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicado

Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.xexéu.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública SCPI no órgão. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do SAAE de Xexéu, referente ao exercício financeiro de 2023 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

DE LIMA, RAFAELA CISINA DOS SANTOS





**AUTARQUIA MUNICIPAL** LEI Nº 050/1996 CNPJ: 01.602.082/0001-07



# B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do município, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida flutuante, tendo en

consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN. Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender as equações previstas nos itens 65, 66, 67, 68 e 69 do ICC-PE do TCEPE. Os valores dos restos a pagar informados nestê demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados & pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar. As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, en contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes<sup>2</sup> Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Dívida Flutuante.

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM DE CADA DEMONSTRAÇÃO:

# ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (Saldo)$ 

umento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES





**AUTARQUIA MUNICIPAL** 

LEI Nº 050/1996 CNPJ: 01.602.082/0001-07



Anterior RP (DDF)) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados. inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercícios Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Restos a Pagar Não Processados do Balaço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercición de Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro de Balanço Patrimonial (BP) − Equação: (∑Passivo [F] (BP) + ∑IRPNP - ∑(RNPL + RPNC) (BO) de Saldos IRPNP (BF)) = ∑(SES (DDF)). d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atuate do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) de Saldos dos Passivos Financeiros e Passi constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o salda inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Anogar Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a pagar Processados do Ano anterior.

\*\*RESTOS A PAGAR:\*\*

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 3.280.966,55. Houve inscrição no total de R\$ 409.454,53 pagamentos (baixa) no valor de R\$ 49.788,83 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a pagar pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou pagamentos (baixa) no valor de R\$ 49.788,83 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a pagar paga constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP)

transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 3.640.632,25.

### **DEPÓSITOS:**

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 72.866,15. Houve inscrição no total de R\$ 51.954,64, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 54.786,74 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 70.034,05.

## ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve acréscimo da dívida flutuante entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 356.833,60, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 3.353.832.70, as inscrições totais foram de R\$ 461.409.17, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 104.575,57 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 3.710.666,30.





# **AUTARQUIA MUNICIPAL**

LEI Nº 050/1996 CNPJ: 01.602.082/0001-07



TRIBUNAL DE CONTAS		de 2023			ANEXO TC-217 Página			
S.A.A.E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO								
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE								
			MOVIMENTO				SAL DO DI O DEDICO	
ITULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO		BAIXA	TRANSF .RP N		SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE	
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	SEGUINTE	
ESTOS A PAGAR - PROCESSADOS								
EXERCÍCIO 2013	185.964,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.964,18	
EXERCÍCIO 2014	230.654,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.654,04	
EXERCÍCIO 2015 EXERCÍCIO 2016	438.156,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.156,60	
EXERCÍCIO 2016 EXERCÍCIO 2017	411.278,83 451,479,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.278,83	
EXERCÍCIO 2017 EXERCÍCIO 2018		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451.479,17	
EXERCÍCIO 2018 EXERCÍCIO 2019	492.637,26 397.569.10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.637,26	
EXERCÍCIO 2019 EXERCÍCIO 2020		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.569,10	
EXERCÍCIO 2020 EXERCÍCIO 2021	333.208,11 164.530.70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333.208,11 164,530.70	
EXERCÍCIO 2021 EXERCÍCIO 2022	104.530,70 175.488.56	0,00	0,00	0,00	0,00 0.00	0,00	104.530,70	
EXERCÍCIO 2022 EXERCÍCIO 2023	0,00	409.454,53	49.788,83 0,00	0,00	0,00	0,00	409.454,53	
ib-total	3,280,966,55	409.454,53	49.788,83	0,00	0,00	0,00	3.640.632.25	
	3.280.900,00	408,404,00	48.700,03	0,00	0,00	0,00	3.040.032,20	
EPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES CONTRIBUIÇÃO AO RGPS								
CONTRIBUIÇÃO AO RIGPS MPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRE	53.293,42	25.297,70	25.105,49	0,00	0,00	0,00	53.485,63	
MPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRE	4.147,98 12.653,74	2.226,33 76,52	2.457,09 99,08	0,00	0,00	0,00	3.917,22 12.631,20	
SS RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.771.01	24.354,09	27.125,10	0,00	0,00 0,00	0,00	0,00	
Ib-total	72.868.15	51.954.64	54.788.74	0,00	0.00	0,00	70.034.05	
OTAL	3.353.832,70	461.409,17	104.575,57	0,00	0,00	0,00	3.710.666,30	

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida con $\frac{\omega}{2}$ contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

### **PASSIVOS CONTINGENTES** $\mathbf{E}$ **COMPROMISSOS** CONTRATUAIS **RECONHECIDOS:**

Não se aplica a este demonstrativo.

# **DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:**

Não se aplica neste demonstrativo.

### RECONHECIMENTO **INCONFORMIDADES OUE PODEM AFETAR** DE COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS **OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

## AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

umento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA<u>, RA</u>FAELA CISINA DOS SANTOS 9b-c176-<del>ICII</del>8d9b&0267490b0e4 **NÃO** 





**AUTARQUIA MUNICIPAL** LEI Nº 050/1996

CNPJ: 01.602.082/0001-07



ADELSON JOSÉ FERREIRA LINS Diretor do SAAE

AGAMENON GONÇALVES DE LIMA FILHO

Responsável pelo Controle Interno

